



Sessão Plenária de Estrasburgo 14 a 17 de Janeiro de 2018





Segunda-feira, dia 14 de Janeiro





Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de Janeiro

Relatório sobre a integração da perspectiva de género no Parlamento Europeu

- Fonte 1: Euronews 04/01/2019
- Link: <https://www.euronews.com/2019/01/04/mankind-for-humanity-eu-guidelines-urge-meps-to-use-more-gender-neutral-words>

'Mankind' for 'humanity': EU guidelines urge MEPs to use more gender-neutral words

The European Parliament has released new guidelines aimed at ensuring more gender-neutral language is used by the organisation.

Words such as "mankind" will be replaced (with humanity), "manpower" (with staff), and man-made with "synthetic" or "artificial".

In 2008, the European Parliament adopted multilingual guidelines on gender-neutral language and the new set showcases a glossary of words and titles that move away from identifying someone's gender or marital status.

"The European Parliament remains as committed as ever to the use of gender-neutral language in its written and spoken communications and I now invite the relevant services to raise awareness of the updated guidelines and the importance of their use in parliamentary publications and communications," said Dimitrios Papadimoulis the European Parliament's Vice-President and Chair of the High-Level Group on Gender Equality and Diversity.

The report states that a multilingual environment, such as the European Parliament, should ensure gender neutrality and gender-inclusive language. Gender-neutral language is more than a matter of political correctness but "powerfully reflects and influences attitudes, behaviour and perceptions," the guidelines read.

In languages including German, Swedish and English, words like "chairman" will be replaced with "chairperson", "spokesman" with "spokesperson", and "actor" used in all instances instead of "actress".

French speakers should "Madame" in all cases instead of "Mademoiselle." France officially made this change in 2010, making "Madame" the equivalent of "Monsieur", which doesn't give away a person's marital status.

- **Fonte 2: Visão 25/10/2017**
- **Link: <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/2017-10-25-Violacao-agressao-assedio-no-Parlamento-Europeu.-Como-acabar-com-o-silencio-das-vitimas->**

Violação, agressão, assédio no Parlamento Europeu. Como acabar com o silêncio das vítimas?

No debate de hoje de manhã, o Parlamento Europeu (PE) prometeu romper com a “cultura de silêncio” das vítimas de assédio e violência sexual e moral que, nos últimos dias, aproveitaram uma iniciativa da página de Internet do Politico para contarem histórias pessoais que incluem alegados casos de violação dentro daquela instituição.

O debate não é novo entre quem trabalha nas instituições europeias, mas foi no seguimento das denúncias de diversas mulheres contra Harvey Weinstein, um conhecido produtor de cinema dos EUA, que a comissária europeia para a igualdade de género, a checa Vera Jourová, revelou ter sido, ela própria, vítima de violência sexual no passado. Apelando a todas as vítimas que denunciem os seus agressores, juntando-se ao movimento #MeToo, a comissária disse recear que o escândalo Weinstein seja apenas “a ponta do icebergue”.

Perante os sinais de que alguma coisa de errado se passava dentro das instituições comunitárias, a começar pelo Parlamento Europeu, o Politico criou, no seu website, um formulário confidencial convidando as potenciais vítimas a contarem a sua história. Em poucos dias, recebeu mais de uma centena de queixas de funcionários europeus sobre alegadas agressões e assédio sexual e moral, contadas por quem se sentiu vítima de comportamentos inapropriados.

Sublinhando que nenhuma das situações reportadas foi objeto de confirmação, o Politico refere que há de tudo um pouco dentro do PE: promessas de contratos de trabalho em troca de sexo, mulheres jovens que convivem em bares e em jantares oficiais e que trocam sexo por medidas legislativas, assistentes pessoais solicitados a arranjam prostitutas para eurodeputados, mulheres abordadas em casas de banho e nos seus postos de trabalho, homens intimidados e depois enviados para casa com licenças pagas... Uma das alegadas vítimas definiu o ambiente de trabalho no Parlamento Europeu, com instalações em Estrasburgo e Bruxelas, como uma “cultura de silêncio”.

Depois de analisar as queixas, o Politico deu destaque às versões de quatro mulheres, identificadas como membros do staff do PE, que disseram ter feito queixa formal junto da instituição onde trabalham, duas das quais por alegados casos de violação. Uma delas contou que, após os acontecimentos, ocorridos em 2016, tanto ela como o seu chefe não souberam como agir. “Se há um procedimento formal, não sei qual é. Senti-me completamente perdida”, disse. “Mesmo depois de ter encontrado ajuda, fui firmemente desencorajada a ir à polícia”. A autora da queixa assegurou que as hierarquias mais altas do Parlamento e pelo menos cinco eurodeputados conhecem o seu caso, e contou que o alegado violador acabou por deixar o emprego no Parlamento, algum tempo depois.

Já no início desta semana, o presidente do PE, Antonio Tajani, fez uma declaração sobre assédio sexual e moral, embora salvaguardando que, até esse momento, não tinha conhecimento de queixas formais sobre crimes de violação. Questionada sobre se estes e outros casos têm sido reportados, a porta-voz da instituição, Marjory van der Boreke, confirmou a existência de situações de assédio e agressão sexuais nos últimos anos, mas acrescentou que foram tomadas “as medidas apropriadas”, incluindo a suspensão de funções profissionais em algumas situações.

Queixas avaliadas por elementos externos



A eurodeputada portuguesa Liliana Rodrigues, membro da comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Género, explicou à VISÃO que a iniciativa em debate no plenário – com votação marcada para amanhã – está na agenda dos parlamentares há já algum tempo. “Comentavam-se diversos casos de assédio sexual e moral, e houve a preocupação de melhorar as regras e os regulamentos de modo a que o próprio Parlamento Europeu seja capaz de levar a cabo, internamente, os procedimentos disciplinares”, disse.

Ainda sem acordo entre os grupos políticos europeus, estava uma proposta de reforço da composição dos comités de apreciação das queixas por especialistas externos à instituição. “Existe a preocupação de não deixar a avaliação das queixas apenas nas mãos dos eurodeputados e dos funcionários do PE, para que não haja favorecimentos, mas pessoalmente só estou de acordo com esta proposta se esses elementos externos trouxerem valor acrescentado”, disse Liliana Rodrigues. “A argumentação de que os eurodeputados podem não ser isentos quando avaliam queixas contra colegas não faz sentido”.

Em análise, está também uma reavaliação dos procedimentos e regulamentos para prevenir novas situações de assédio sexual e moral nas instituições europeias – e não só no PE. A votação da proposta final, que deverá reunir o consenso de todos os grupos políticos, realiza-se na manhã de quinta-feira, 26.

Sobre os casos de alegadas violações reportadas ao Político, a eurodeputada é taxativa: “Pessoalmente, tenho muita dificuldade em compreender como é que estas situações podem ficar no anonimato, quando têm de chegar aos tribunais.”

Já em 2013, o provedor da União Europeia (EU) repreendeu o Parlamento por não ter tratado devidamente uma queixa de assédio sexual apresentada por um antigo estagiário. Desde 2002 que a UE tem regras que punem o assédio sexual e moral no local de trabalho, sem discriminação do sexo do queixoso, sempre que tais comportamentos criem ambientes de intimidação e hostilidade. Todos os anos, é distribuída aos eurodeputados uma brochura, com o código de conduta (reforçado no ano passado), recomendando, a quem está no topo da cadeia hierárquica, os comportamentos que devem evitar em relação aos subordinados, de modo a não confundir “aquilo que pode não passar de um simples cumprimento com uma situação de assédio”, explica Liliana Rodrigues.

No Parlamento Europeu, trabalham mais de 7 mil pessoas – entre eurodeputados, assistentes pessoais, funcionários técnicos e administrativos -, mas as instalações da instituição são frequentadas diariamente por até 10 mil pessoas, se se contar com o pessoal dos serviços externos de limpeza, fornecimento de refeições, entre outros.





Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de Janeiro

Relatório sobre a integração da perspectiva de género no Parlamento Europeu

Terça-feira, dia 14

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre a integração da perspectiva de género no Parlamento Europeu

Relator: Angelika Mlinar (ALDE)

Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Géneros (FEMM)

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- Apenas 36,1% dos deputados do PE são mulheres, apesar de estas constituírem metade da população da União Europeia (UE);

- A Mesa do Parlamento é constituída por 7 mulheres e 20 homens;

- As mulheres constituem 55% do pessoal do Parlamento, no entanto, estão sub-representadas em todas as categorias de chefia, apesar do número de mulheres em lugares de chefia ter aumentado ligeiramente em 2017;

- No final de 2017 apenas 15,4% dos directores-gerais, 30,4% dos directores e 36,2% dos chefes de unidade no Secretariado-Geral do Parlamento Europeu eram mulheres.

- **Exposição de motivos:**

- Sendo o princípio da igualdade de género um valor fundamental da União Europeia, esta deve promover a igualdade entre os homens e mulheres e lutar no combate à discriminação;

- O equilíbrio entre homens e mulheres e a diversidade no Parlamento contribuem para aumentar o grau de representação democrática dos cidadãos da UE e a legitimidade das decisões do Parlamento;

- O objectivo n.º 5 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pretende “alcançar a igualdade de género e conferir autonomia a todas as mulheres e raparigas” até 2030. No entanto, os progressos neste âmbito foram escassos;

- A integração da perspectiva de género é um instrumento essencial para garantir a igualdade entre homens e mulheres;

- O relatório de 2017, sobre a igualdade entre homens e mulheres, estabeleceu três metas para a representação das mulheres em lugares de chefia, de grau intermédio e superior, a alcançar até 2019: 30% a nível de director-geral, 35% a nível de director e 40% a nível de chefe de unidade;

- É essencial garantir coerência entre as políticas internas em matéria de recursos humanos e as ações externas da UE, no domínio da promoção da igualdade de género e dos direitos das pessoas LGBTI;

- Desde 2014, o Regimento do Parlamento Europeu estipula que a diversidade do PE se deve refletir na composição da Mesa de cada comissão parlamentar e que esta não deve ser composta exclusivamente por homens ou mulheres;



- Apesar do Parlamento conceder uma maior importância às questões LGBTI, estas não têm grande visibilidade, preferindo ocultar a sua orientação sexual e identidade de género.

- **Considerações Gerais:**

- A relatora considera que o Parlamento deve promover uma cultura de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho garantindo, desta forma, o bem-estar de todos os membros do pessoal e dos deputados;

- Sublinha a importância do PE de implementar medidas que assegurem uma representação equilibrada entre homens e mulheres tanto a nível administrativo como a nível político;

- Afirma que a comunicação visual do Parlamento não deve dar uso a estereótipos de género ou baseados na orientação sexual e na identidade de género;

- Insta o Parlamento a assegurar que os principais lugares com responsabilidades de decisão a nível político e administrativo no Parlamento sejam repartidos equitativamente entre homens e mulheres;

- Saúda vivamente que o Prémio Igualdade e Diversidade tenha sido concedido a Simone Veil, a primeira mulher a deter o cargo de presidente de uma instituição da UE, e apela para a necessidade de aumentar a visibilidade deste acontecimento.

- **Instrumentos para a integração da perspetiva de género:**

- Regozija-se com o facto de o Parlamento ser uma das primeiras organizações internacionais a adotar orientações multilingues para a utilização de uma linguagem neutra do ponto de vista do género em 2018 e convida todos os deputados e funcionários do parlamento a aplicarem essas orientações;

- Saúda o facto de a maior parte das comissões parlamentares ter adotado planos de ação para a integração da perspetiva de género no seu trabalho e apela às restantes que o façam também;

- Sublinha que o assédio sexual constitui um crime grave e têm-se revelado um dos maiores obstáculos à igualdade entre homens e mulheres. Neste âmbito, acolhe a decisão da Mesa, de 2 de Julho de 2018, de rever o funcionamento do Comité Consultivo para as queixas por assédio relativas aos deputados ao parlamento Europeu e os procedimentos de tramitação de queixas. No entanto, critica a inadequação do processo;

- Apela ao Serviço de Estudos do parlamento Europeu para que realize regularmente investigações sobre integração da perspetiva de género no Parlamento Europeu de modo a avaliar o progresso do Parlamento Europeu nesta área.

- **Nível político:**

- O relator sugere que os grupos políticos do Parlamento na legislatura 2019-2024 proponham deputados de ambos os géneros para cargos de chefia;

- Incentiva a participação dos homens na política de igualdade de género nomeadamente através da nomeação dos mesmos, pelos grupos políticos, para comissões em que estão sub-representados nomeadamente para a Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros;

- Apela o Secretariado-Geral e a Mesa a estabelecerem uma obrigatoriedade de incluir nas listas de pré-seleção três candidatos, pelo menos um representante de cada género, e garantir



que, se todos os critérios forem igualmente satisfeitos deve ser escolhido o candidato do género sub-representado;

- Lamenta a linguagem discriminatória usada em várias situações no hemiciclo e pede que sejam assegurados o respeito e a dignidade nestas situações através de sanções.

- **Nível administrativo:**

- O relator saúda os progressos realizados através do roteiro de aplicação do relatório “A igualdade entre homens e mulheres no Secretariado-Geral e no Parlamento Europeu- perspectivas 2017-2019” que engloba medidas específicas destinadas a atingir uma melhoria da igualdade entre os homens e as mulheres no Secretariado-Geral e nos grupos políticos do Parlamento;

- Pede ao Grupo de Alto Nível sobre a Igualdade de Género e a Diversidade a fazer uma avaliação bienal da aplicação do roteiro;

- Relembra que para conseguir obter progressos reais é crucial um desenvolvimento de uma cultura de igualdade de género de modo a alterar mentalidades e comportamentos;





Terça-feira, dia 15 de Janeiro



Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de Janeiro

Fundo Social Europeu Mais (FSE+)

- **Fonte 1: Jornal Público**
Data: 31/12/2018
Link: <https://www.publico.pt/2018/12/31/sociedade/noticia/orcamento-estado-garante-240-milhoes-ensino-profissional-publico-1856319>

Orçamento do Estado garante mais 240 milhões para o ensino profissional público

Verba destina-se sobretudo a contratar formadores e a garantir instalações adequadas. "Ver para crer", dizem directores.

As escolas públicas vão ter acesso a uma verba suplementar de cerca de 240 milhões de euros para custearem despesas de funcionamento dos cursos profissionais. Esta verba está inscrita no Orçamento do Estado (OE) para 2019, que foi publicado em Diário da República nesta segunda-feira.

No diploma especifica-se que esta dotação se destina a "assegurar, em condições de igualdade com as entidades formadoras privadas, o desenvolvimento de cursos profissionais [ensino secundário] e cursos de educação e formação [ensino básico], procurando promover a necessária diversidade e qualidade das qualificações oferecidas pela rede de estabelecimentos de ensino públicos".

Para tal, acrescenta-se, as escolas públicas poderão ser autorizadas, mediante aceitação dos ministérios da Educação e das Finanças, a assumir os encargos com a contratação de formadores externos, a disponibilização de instalações adequadas às componentes tecnológicas e práticas dos cursos profissionais e o aluguer de equipamentos ou instrumentos que sejam necessários. Todas as escolas, independentemente da sua localização, poderão concorrer a este fundo suplementar.

A oferta de cursos profissionais nas escolas públicas, apesar de actualmente ser maioritária em relação aos privados, tem sido condicionada precisamente pela falta de instalações e de equipamentos e também pelas dificuldades em contratar formadores com qualificações profissionais adequadas aos cursos propostos, devido a restrições orçamentais.

Directores: "ver para crer"

Embora estejam "satisfeitos" pelo facto de o Governo ter dado resposta aos seus alertas, os directores das escolas estão desconfiados. "O Orçamento do Estado é visto pelos directores com muita cautela, pois as boas intenções do mesmo podem descambar na mais completa das desilusões. Dado o histórico, é ver para crer", indicou ao PÚBLICO o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima.

No início deste ano lectivo, muitos directores alertaram que os cursos profissionais públicos estavam ameaçados devido à alteração dos critérios de financiamento decidida pelos gestores do Programa Operacional do Capital Humano (POCH). É este programa que gere os fundos europeus com que são financiados os cursos profissionais das regiões Norte, Centro e do Alentejo. Os do Lisboa e do Algarve são financiados pelo Orçamento do Estado.

Dez milhões a cargo das escolas

As verbas do Fundo Social Europeu cobrem 85% das despesas, sendo os 15% restantes a fatia da chamada "contribuição nacional", que geralmente é garantida pelo Estado. Só que nos concursos de financiamento abertos no final de Setembro, o POCH decidiu que deviam ser as



escolas públicas a ter a responsabilidade de custear esta despesa, avaliada então em cerca de dez milhões de euros. O POCH decidiu também restringir a aplicação dos fundos europeus ao pagamento das despesas com os alunos, excluindo deste modo os custos com a contratação de formadores ou com o aluguer e equipamento de instalações, entre outros.

“Seria completamente impossível às escolas, com os seus esqueléticos orçamentos, garantir os 15% da contribuição nacional”, frisa Filinto Lima, acrescentando que “é escandalosamente ridículo que se tenha colocado esta possibilidade, pois pouco ou nada sobra após o pagamento das despesas essenciais, como a electricidade, água, telecomunicações e fotocópias”.

O Governo de António Costa tem apontado o ensino profissional como uma “aposta estratégica” para a redução do abandono e insucesso escolar, tendo mantido a meta fixada pelo executivo de Passos Coelho de chegar a 2020 com 50% dos estudantes do ensino secundário inscritos em vias profissionalizantes. Por agora, ainda não se foi além dos 43%

- **Fonte 2: Diário de Notícias**

Data: 9/01/2019

Link: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/09-jan-2019/interior/propinas-rendem-mais-de-330-milhoes-a-universidades-e-politecnicos--10411295.html>

Propinas rendem mais de 330 milhões a universidades e politécnicos

Responsáveis do superior avisam que Orçamento do Estado terá de cobrir verbas, que são quase 24% das receitas do setor. Só o corte anunciado de 20% da propina máxima, já neste ano, tira dois milhões a algumas instituições

O ministro do Ensino Superior voltou a pôr a hipótese em cima da mesa e o Presidente da República aplaudiu e apoiou. Mas eliminar as propinas, ainda que num horizonte a médio prazo, de dez anos, será sempre uma meta exigente, tendo em conta o protagonismo que estas têm vindo a assumir nas contas das instituições do ensino superior. As propinas renderam às universidades e aos politécnicos públicos 330,1 milhões de euros em 2017, o valor mais alto de sempre. E a importância desta contribuição dos alunos para as receitas das instituições acentuou-se todos os anos na última década.

Entre 2008 e 2017, de acordo com dados do relatório Estado da Educação 2017, divulgado em dezembro passado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as receitas anuais com as propinas cresceram quase 72 milhões de euros e a fatia por estas ocupada no bolo orçamental do superior público passou de 13,7% para 23,7%. Ou seja: registou um aumento de dez pontos percentuais.

É com estes números que terá de lidar o governo que decida eliminar as propinas da equação, sendo que o impacto será naturalmente inferior se a medida acontecer apenas de forma parcial. Por exemplo, abrangendo só os primeiros ciclos e mestrados integrados, ou isentando de custas os alunos nacionais e da União Europeia, bem como outros países com os quais Portugal tenha acordos a este nível, mas mantendo a cobrança nos restantes casos.

No entanto, a fatura deverá ser sempre da ordem das centenas de milhões de euros anuais. Só a recente decisão de baixar a propina máxima em 20% para 856 euros, a partir de 2019-2020 (atualmente está nos 1068 euros), terá um impacto previsto de cerca de 65 milhões por ano nas contas públicas.

Pedro Dominginhos, presidente do Politécnico de Setúbal e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), considera, em declarações ao DN, que "a proposta do senhor ministro será para as licenciaturas [1.ºs ciclos do ensino superior]" mas confirma que estas já representam "a grande maioria" das receitas relativas às propinas, avisando estar em causa "um valor importante" que seria "impossível" de cobrir sem um reforço das transferências do Estado. "As instituições não podem viver sem essas receitas das propinas", afirma. "Deduzo que [acabar com a cobrança das mesmas] seja uma medida importante para promover o acesso ao ensino superior mas, do ponto de vista das instituições, isto significa retirar receitas que têm de ser ressarcidas pelo Orçamento do Estado."

"Face ao peso que o ensino superior tem, o próprio Orçamento do Estado já é curto [no que respeita às dotações das instituições]", reforça António Fontainhas Fernandes, reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e presidente do Conselho de Reitores das universidades Portuguesas (CRUP). "Há dez anos que houve estagnação, para não falar em redução. O governo ou governos que o assumirem [extinção das propinas], de forma gradual ou não, terão de garantir que em Orçamento do Estado estará lá inscrita a verba correspondente."

Corte na propina máxima em 2019-2020 já pode causar dificuldades às instituições

De resto, confirma também o reitor da UTAD, o anunciado corte de 20% no valor das propinas máximas a partir do próximo ano letivo já está a gerar receios de que possam haver problemas de tesouraria. "Esperamos que a questão da diminuição do teto máximo esteja resolvida ainda neste ano. Está em causa a sustentabilidade das instituições e o seu funcionamento."

O compromisso de que o Estado irá cobrir a diferença está assumido. No entanto, lembra Pedro Dominginhos, falta a sua concretização. "O Orçamento do Estado diz que as instituições serão compensadas. Como e quando não diz", adverte. "Em abstrato está lá previsto. Agora: não foi orçamentado", acrescenta.

E, mesmo "querendo acreditar" que o dinheiro chegará a tempo, o presidente do CCISP avisa que qualquer atraso terá consequências no sistema. "Problemas cria de certeza absoluta. O impacto irá variar muito de instituição para instituição. As que cobravam a propina máxima e terão uma redução de cerca de 200 euros serão mais afetadas. No caso do Politécnico de Coimbra, por exemplo, serão cerca de dois milhões de euros de perda de receita. No nosso caso, no Politécnico de Setúbal, a redução no valor da propina será de apenas 44 euros por aluno."

Como revelam os dados do Estado da Educação 2017, nos últimos anos além da redução das transferências do Orçamento do Estado - que começaram a encolher em 2011 e ainda continuam distantes dos valores de há uma década - as instituições do ensino superior perderam também alguma capacidade de captar receitas por outras vias. Em 2013, de acordo com o mesmo relatório do CNE, universidades e politécnicos inscreveram 516,2 milhões de euros na rubrica de "outras receitas" - um recorde. Mas em 2017 o valor já tinha descido para os 438,7 milhões.

E esses dados, que atestam a crescente dependência das propinas como fonte de financiamento, levam também os responsáveis do ensino superior a recearem que o "esforço significativo" que será exigido aos contribuintes num cenário de extinção das propinas acabe por travar um crescimento real do financiamento do setor: "O ensino superior continua a precisar de mais investimento e do que estamos a falar, neste cenário, é apenas da transferência de uma verba que era assumida pelas famílias para o Orçamento do Estado", avisa o presidente do CCISP.

Assumir a gratuidade das propinas coloca ainda outro problema às contas públicas: a redução da margem para recorrer a fundos comunitários para financiar o sistema. Atualmente, perto de um quarto (24%) dos estudantes do ensino superior são bolseiros, sendo que na maioria dos casos a bolsa equivale ao valor da propina anual. E o Estado tem recorrido a verbas comunitárias para subsidiar este tipo de apoios. Em 2017, o Fundo Social Europeu (FSE) assumiu 86,5% dos 138,5 milhões de euros gastos com ação social direta no ensino superior. Em 2008, as verbas comunitárias representavam apenas 46% do total.

Sem propinas, a verbas do FSE poderão continuar a ser usadas para cofinanciar bolsas dos alunos. Mas deixam de, por essa via, contribuir para os orçamentos das instituições.

Entre os que mais cobram e menos alunos apoiam

Dito isto, há uma realidade incontornável, que também é referida no relatório O Estado da Educação 2017, citando dados da rede Eurydice da Comissão Europeia: Portugal está entre os países da União Europeia (UE) que cobram propinas mais altas - e a mais alunos - nos primeiros ciclos do ensino superior, com a agravante de se contar também entre os que menos estudantes apoiam através de bolsas ou outro tipo de incentivos.

Numa análise a mais de 40 sistemas educativos do espaço comunitário (vários estados, como o Reino Unido ou a Bélgica têm sistemas distintos no seu território), a rede Eurydice aponta cerca de duas dezenas de casos em que a propina no 1.º ciclo do ensino superior não existe ou, graças ou não aos apoios concedidos, tem um valor médio residual, abaixo dos cem euros. Portugal está no outro lado da tabela, entre os raros casos que cobram propina a todos os alunos, sendo também -



apesar dos progressos registados no último ano letivo - daqueles que menos compensam esse valor com os apoios sociais.

Em termos absolutos - e essa realidade não se irá alterar mesmo com o corte de 20% em 2019-2020 -, Portugal tem a sexta propina mais elevada entre aqueles que a cobram, sendo apenas superado por Irlanda, Holanda, Hungria, Itália e Espanha. E se for levada em consideração a percentagem dos estudantes que acabam por não pagar graças aos apoios sociais, o país passa a ser o quarto que maior esforço exige às famílias.

Do "não pagamos" aos 1063,47 euros

Durante muito tempo, as propinas não foram um problema para os estudantes do ensino superior público. Legislação dos anos 40, que se manteve em vigor até 1992, manteve o valor anual nos 1200 escudos: cerca de seis euros, sem contabilizar a inflação; o dobro disso se a levarmos em conta. A primeira tentativa de rever a legislação, desencadeada num governo de Cavaco Silva, foi recebida com forte contestação dos estudantes, no famoso movimento do "não pagamos", envolvendo protestos de toda a ordem, cargas policiais e a demissão do ministro Couto dos Santos, em 1993.

Em 1995, a então ministra da Educação Manuela Ferreira Leite implementou uma propina única de 80 mil escudos. Dois anos depois, o PS aprovou uma lei de financiamento do ensino superior fazendo equivaler a propina anual a um salário mínimo nacional. Finalmente, em 2003, o governo de Durão Barroso implementou o sistema que ainda vigora, com tetos mínimos e máximos a aplicar pelas instituições, sendo que o aumento do teto máximo tem estado indexado ao valor da inflação, ainda que no ano letivo passado não tenha sido atualizado por decisão do governo.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de Janeiro

Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Social Europeu Mais (FSE +)

Terça, dia 16

Apresentação de Relatórios:

Relatora: Verónica Lope Fontagné (PPE)

Comissão do Emprego e Assuntos sociais (EMPL)

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- A taxa de desemprego na União Europeia é de 6,8% (valor de 2018).
- Os ganhos médios por hora para homens na UE-28 foram 16,2% superiores aos das mulheres em 2016.
- Em 2016, 118 milhões de pessoas, ou 23,5% da população da UE-28, encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social.
- Na UE-28, apenas 2,6% da população, em 2016, relatou necessidades não satisfeitas de cuidados médicos (exames ou prestação de cuidados de saúde); a maioria dessas necessidades não atendidas estão relacionadas ao preço do atendimento, à distância até a assistência médica ou lista de espera ser longa demais.
- As medidas de proteção social, tal como as transferências sociais, fornecem um meio importante para combater a pobreza monetária: em 2016, as transferências sociais reduziram a taxa de risco de pobreza da UE-28 de 25,9% (transferências, pensões excluídas) para 17,3%, diminuindo a taxa em 8,6 pontos percentuais.

- **Exposição de motivos:**

- A Europa encontra-se hoje num momento crucial e, nas próximas décadas, a sua relevância e o seu êxito serão determinados pela capacidade de se manter competitiva na economia global e garantir níveis de emprego, educação e formação, saúde, inclusão social e participação ativa na sociedade.
- Para tornar a Europa competitiva, coesa e resistente no futuro é necessário investir nos seus cidadãos: na sua educação e formação, nas suas competências e criatividade, no seu potencial de criar empresas e inovar, sem descuidar o seu estado de saúde.
- O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão proclamaram, a 17 de novembro de 2017, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A 2 de maio de 2018, a Comissão adotou uma proposta relativa ao próximo quadro financeiro plurianual para o período de 2021-2027; a proposta reflete o atual contexto social e económico e responde, de forma concreta, ao apelo de uma Europa mais social.
- O FSE+ é o principal instrumento da UE para investir nas pessoas e para concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
- O FSE+ contribui para melhorar as oportunidades de emprego, melhorar o nível de vida e de saúde, aumentar a mobilidade da mão de obra e a coesão económica, social e territorial.



- O Fundo Social Europeu Mais (FSE+), reúne os seguintes fundos e programas: o Fundo Social Europeu (FSE) e a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carentes (FEAD), o Programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI) e o programa de ação da União no domínio da saúde (Programa Saúde).
- O Programa Saúde destina-se a capacitar os Estados-Membros para lidar com ameaças sanitárias transfronteiriças, a prestar aos Estados-Membros orientações técnicas e recomendações em matéria de cancro, VIH/SIDA e prevenção da tuberculose, e num apoio suplementar à legislação sanitária da UE sobre medicamentos e dispositivos médicos, bem como às atividades da rede de saúde em linha e à avaliação das tecnologias da saúde.
- Colocamos emendas neste relatório no sentido de reforçar que o apoio prestado pelo FSE+ aos Estados-Membros fosse ao nível nacional, regional e local; em especial, reforçou-se que o FSE+ deverá contribuir para a redução da pobreza através do apoio a mecanismos nacionais, regionais e locais que visam atenuar os efeitos da privação material e de alimentos.
- Reforçamos, ainda, que as regiões ultraperiféricas, devido às suas características e aos seus condicionalismos especiais, necessitavam de uma assistência específica, e estabelecemos, neste sentido, a vertente saúde enquanto setor prioritário no que respeita a essa assistência.



Quarta-feira, dia 16 de janeiro



Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de janeiro

Debate com o Presidente do governo de Espanha, Pedro Sánchez, sobre o futuro da Europa

Contextualização política

- Espanha é uma monarquia constitucional, democrática e parlamentar, com um chefe de governo (o Presidente do governo de Espanha) e um chefe de Estado (o Monarca). O Conselho de Ministros é o órgão executivo e é presidido pelo presidente do governo.
- Em Maio de 2018 o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) apresentou uma moção de censura contra o governo de Mariano Rajoy, na sequência da investigação do caso Gürtel, um caso de corrupção ligado ao Partido Popular (PP). A moção foi aprovada a 2 Junho de 2018 pelo Congresso dos Deputados (parlamento espanhol) com 180 votos a favor e 169 contra, revelando-se a primeira moção de censura bem-sucedida desde que, em 1978, foi aprovada a Constituição espanhola. Pedro Sánchez assumiu, então, o cargo de presidente do governo.
- Apesar de terem apenas 84 dos 350 deputados do parlamento espanhol, os socialistas conseguiram reunir um total de 180 votos que incluem o partido de extrema-esquerda Unidos Podemos, a Esquerda Republicana da Catalunha, o Partido Democrático e Europeu da Catalunha (PDeCAT), o Partido Nacionalista Basco (PNV), o Compromís, o EH Bildu e a Nueva Canarias.
- Sánchez passou a governar com um governo minoritário visto que a força política com maior representação parlamentar continua a ser o PP (Partido Popular) com 137 deputados.

O que foi feito: medidas tomadas por Sánchez

- Nos primeiros meses do seu mandato, Sánchez iniciou o diálogo com o executivo independentista da região da Catalunha, tomou medidas no contexto da política de migração, decidiu exumar o cadáver do ditador Francisco Franco e estendeu os cuidados de saúde a comunidades excluídas como, por exemplo, os imigrantes ilegais.
- Em junho de 2018, o navio Aquarius, que transportava 629 migrantes, foi impedido de entrar na Marinha Italiana pelo ministro do Interior, Matteo Salvini. Pedro Sánchez autorizou, como resposta, a entrada do navio em Valência, assegurando que é "sua obrigação ajudar a impedir uma catástrofe humana e oferecer um porto seguro a estas pessoas."
- A 17 de Julho de 2018, Sánchez garantiu a retirada dos restos mortais do ditador Francisco Franco do Vale dos Caídos. A 11 de Dezembro de 2018 enviou um pedido oficial para entrar na basílica, todavia o pároco local não quis conceder tal autorização sem a aprovação da família de Franco, que já afirmou que não iria aprovar.
- Estas medidas criaram alguma visibilidade para o governo socialista, ainda assim, muitos defendem que ficam aquém das promessas do então atual presidente do governo e que a evolução da economia e a situação da Catalunha serão cruciais para a liderança socialista.

O que falta fazer: Orçamento de Estado para 2019

- O Orçamento de Estado para 2019 consta como um dos principais desafios para Sánchez, devido à falta de apoio maioritário presente no governo.

- Em Outubro de 2018, Sánchez chegou a um acordo com Pablo Iglesias, líder do Podemos, em relação ao Orçamento do Estado para 2019. O acordo prevê, entre outras medidas, a subida do salário mínimo, a subida do IRS para os rendimentos superiores a 130.000 euros por ano, a aprovação de licenças de maternidade e melhoria significativa nas ajudas às pessoas dependentes. Este acordo garante o apoio do Podemos, no entanto, tal não é suficiente para que o documento seja aprovado no Congresso dos Deputados e no Senado.
- A 21 de Dezembro de 2018, o Conselho de Ministros reuniu-se em Barcelona, capital catalã, para discutir medidas a serem tomadas. Entre as medidas aprovadas constam a subida do salário mínimo para os 900 euros, beneficiando 2,5 milhões de trabalhadores; a aprovação de 350 milhões de euros para as pessoas no desemprego; a subida de 2,23% do salário fixo para a função pública; o investimento de 112,77 milhões de euros para melhoria de estradas na Catalunha de maneira a favorecer o desenvolvimento; a aprovação de um plano especial de emprego para as Canárias no valor de 42 milhões de euros e um aumento do teto de défice.
- O presidente do governo espanhol anunciou que o Conselho de Ministros de 11 de Janeiro irá aprovar o projeto de Orçamento para 2019, apesar de o executivo não ter ainda os apoios necessários salvaguardados. Não é seguro que as medidas aprovadas contem com a maioria necessária, pois os dois partidos principais de direita garantiram que iriam votar contra. Do mesmo modo, os partidos separatistas catalães, que votaram a favor da moção de censura, afirmaram que o seu apoio a Sánchez depende das suas ações a favor do movimento separatista, nomeadamente, da libertação dos políticos separatistas presos pelo seu envolvimento na tentativa falhada de independência da Catalunha, em 2017. No entanto, Sánchez insiste em separar as negociações orçamentais da situação política na Catalunha.
- Entretanto, o executivo espanhol avançou com a medida do aumento salarial através da aprovação de um decreto-lei, mesmo antes da discussão do projeto de lei do Orçamento onde pode não conseguir que a medida seja efetivada por não haver maioria necessária.
- Caso o Orçamento não seja aprovado, é provável que sejam convocadas eleições antecipadas. Tal cria algumas incertezas em relação ao futuro espanhol, visto que pode ser razão pela qual Sánchez não prolongue a legislatura até 2020.

A extrema direita no parlamento da Andaluzia

- A 2 de Dezembro de 2018, nas eleições regionais da Andaluzia, o partido de extrema-direita Vox estreou-se com 12 deputados, resultando que faz com que, pela primeira vez, este esteja representado num parlamento em Espanha. O PSOE obteve vitória, mas sem maioria, assegurando apenas 33 deputados, o menor número na história da Andaluzia. Este acontecimento enfraquece os socialistas, numa região onde historicamente têm grande apoio.
- O PP conseguiu garantir 26 deputados e o Ciudadanos 21, o que significa que os três partidos de direita ultrapassam a esquerda.
- Sánchez prometeu intervir, se este acordo colocar em causa a segurança das mulheres, tendo em conta que, uma das medidas propostas pelo Vox é a revogação da lei de violência de género assim como a supressão de organismos feministas radicais.
- A 9 de Janeiro de 2019, o PP e Ciudadanos chegaram a acordo com Vox para formar governo na Andaluzia: o partido conotado à extrema-direita aceitou retirar as polémicas exigências apresentadas, e isso foi suficiente para fechar as negociações.



- O Vox aceitou renunciar à revogação das leis de violência de género, de igualdade e dos direitos LGBTI. PP e Ciudadanos aceitaram coligar-se com o Vox para retirar o PSOE do governo andaluz, depois de 36 anos de socialismo.

- O pacto fará também com que Juan Manuel Moreno Bonilla seja confirmado como o primeiro presidente da Andaluzia do PP.

A independência da Catalunha: um ano depois, tudo mudou e nada mudou

- Em 2010, o Tribunal Constitucional espanhol rescindiu parte do estatuto de autonomia que tinha sido dado à Catalunha de Artur Mas, então Presidente, em 2006, e sublinhou não haver base legal para o reconhecimento da Catalunha como um país independente porque isso colocaria em causa a unidade territorial de Espanha.

- Os protestos foram imediatos e a crise de 2008 só veio aprofundar as divisões: a região da Catalunha, com uma economia que, sozinha, representa 20% do PIB espanhol, considerou injusto ter que ir em socorro de um país mais pobre, com menos emprego, do qual não consideram fazer parte.

- Em 2012, Mas tentou de novo aplacar a insurgência pedindo a Mariano Rajoy que revisse as contribuições da região para o bolo orçamental espanhol — perto dos 16 mil milhões de euros anuais pelas estimativas mais conservadoras. A braços com uma crise financeira sem precedentes, Madrid disse "não".

- O governo de Madrid ameaçou abrir procedimentos legais contra os deputados que estão a promover um referendo, que é em tudo proibido pela lei geral do país. Artur Mas, ex-presidente da Generalitat, foi afastado da política durante 21 meses depois de ter feito parte da organização do "referendo" de 2014.

- A adesão à causa independentista tem vindo a aumentar. Um dos motivos que explica este fenómeno é o medo: o medo das crises económicas, o medo do populismo mas, também, o medo face ao terrorismo; as pessoas têm medo e consideram que, se se concentrarem em comunidades pequenas, estarão protegidas.

- Em junho de 2017, o Governo catalão anunciou a realização de um novo referendo a 1 de outubro de 2017. Este novo plebiscito da Catalunha foi colocado em marcha pelo Governo regional liderado por Carles Puigdemont, e o Parlamento catalão tem, de facto, uma maioria de deputados separatistas que, a 6 de setembro, aprovou a lei que permite realizar o referendo.

- O debate político em torno da independência catalã resume-se nas seguintes premissas: em Madrid, o governo central negou a possibilidade de ser feito um referendo à independência, baseando-se na Constituição; na Catalunha, o governo regional prometia levar para a frente o processo soberanista, buscando força numa maioria do parlamento catalão.

- A ameaça do desastre económico foi usada como arma de arremesso na discussão política que se gerou antes, durante e depois do referendo na Catalunha. O argumento usado em Madrid girou em torno da fuga de empresas da região. Centenas, e depois milhares, de companhias e sociedades comerciais saíram ou mudaram as suas sedes para fora da Catalunha.

- Até ao final do primeiro trimestre de 2018- de acordo com os últimos dados do Colégio de Registradores de Espanha (a entidade que regista as sociedades comerciais)- saíram da Catalunha para outras regiões de Espanha 4.550 empresas.



- A Autoridade Independente de Responsabilidade Fiscal (AIReF), o equivalente espanhol do Conselho das Finanças Públicas, coloca a Catalunha como a segunda região espanhola que mais desacelerou no espaço de um ano (apenas batida pelas Astúrias), e a crescer menos (2,5%) do que o conjunto de Espanha (média 2,7%).
- O investimento direto estrangeiro está em forte queda na Catalunha desde o referendo- as quedas de investimento na Catalunha são constantes desde outubro de 2017.
- A economia catalã não "morreu" com o referendo, como em outubro do ano passado acenaram os mais acérrimos defensores da unidade de Espanha, mas tem vindo a desacelerar e a perder atratividade junto dos investidores estrangeiros.
- Os independentistas veem na autodeterminação uma possibilidade de mudar o sistema político, como forma de construir um país "do zero", onde se possa tentar quase tudo o que não foi ainda tentado.
- Aos independentistas, Pedro Sánchez prometeu diálogo. E foi diálogo que tiveram, a 9 de julho, quando o Presidente de Governo se encontrou com o presidente do governo regional da Catalunha, Quim Torra. Falaram durante duas horas e meia, mas a única medida resultante dali foi a reabertura da Comissão Bilateral Estado-Generalitat, suspensa desde 2011. De resto, Pedro Sánchez e Quim Torra não chegaram a mais nenhum entendimento.
- Pedro Sánchez recebeu duas mensagens claras de desafio por parte dos independentistas, a 30 de setembro de 2018, véspera do primeiro aniversário do referendo de 1 de outubro; a primeira surgiu da parte do presidente do PDeCAT, partido de Carles Puigdemont, David Bonheví, que disse que "seria impossível" darem a sua ajuda fulcral para aprovar o Orçamento do Estado de 2019, se não houver uma "solução política" para a Catalunha; a segunda mensagem partiu precisamente do governo regional da Catalunha: primeiro, posou em frente à urna made in China na qual terá depositado o seu voto há um ano, e depois, disse que era "necessário fazer outro 1 de outubro" e "agir da mesma maneira".
- Sánchez, num debate sobre a situação na Catalunha e do Brexit, em Dezembro de 2018, disse que nunca rá aceitar a realização de um referendo na região e pediu aos partidos independentistas que deixassem essa ideia. Na verdade, o Presidente do governo de Espanha, comparou a realização de um referendo de autodeterminação na Catalunha, à consulta "irresponsável" sobre a saída do Reino Unido da União Europeia.
- O chefe do Governo espanhol defendeu que tanto o processo de independência da Catalunha como o da saída do Reino Unido da UE foram marcados por mentiras e alertou que a convocação de um referendo apenas iria dividir a sociedade em duas partes.

Espanha e a Europa

- O Eurobarómetro do Parlamento Europeu em setembro registou que 68% dos espanhóis entrevistados consideram que a participação do país na UE é algo positivo, e 75% que é benéfico para a Espanha ser membro da UE.
- Sánchez garante que a Europa pode contar com Espanha para o combate a populismos e nacionalismos de modo a assegurar um novo ciclo europeu após das eleições europeias de 26 de Maio.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de Janeiro

Relatório sobre a situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2017

- Fonte 1: Diário de Notícias 16/10/2017
- Link: <https://www.dn.pt/media/interior/assassinada-jornalista-maltesa-que-expos-casos-de-corrupcao-8849500.html>

Assassinada jornalista maltesa que expôs casos de corrupção

A jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia, que esteve na origem de acusações de corrupção que provocaram eleições antecipadas em junho, foi assassinada esta segunda-feira, por uma bomba colocada debaixo do seu carro, anunciou o primeiro-ministro maltês, Joseph Muscat.

Durante uma conferência de imprensa, Muscat, do centro-esquerda, cujo círculo próximo foi alvo de violentos ataques de Caruana Galizia, denunciou um "ato bárbaro" e ordenou às forças da ordem que concentrassem todos os esforços em levar à justiça os autores do assassinato.

"O que se passou hoje é inaceitável a vários níveis. Hoje é um dia negro para a nossa democracia e a nossa liberdade de expressão", declarou. "Não pararei enquanto a justiça não for feita", prometeu, apelando à união dos malteses.

Quando tinha acabado de sair de casa, na cidade de Mosta, e começado a conduzir o seu carro, ao início da tarde, ocorreu uma explosão que inclusive projetou a viatura por cima de um muro para um campo vizinho.

No início de junho, Muscat obteve uma vitória significativa nas eleições legislativas antecipadas, que foram convocadas depois da divulgação de uma série de escândalos implicando vários dos seus colaboradores, na qual Caruana Galizia teve um papel central.

Michelle Muscat, a esposa do primeiro-ministro, foi acusada de ter aberto uma conta no Panamá, para aí colocar, entre outras, subornos pagos pelo governo do Azerbaijão, em troca da autorização dada a um banco azeri para operar em Malta.

"A maior mentira da história política maltesa", reagiu na altura Muscat, prometendo demitir-se se os factos fossem provados por um inquérito que ele próprio exigiu.

Mas não aplicou este princípio ao seu ministro da Energia, Konrad Mizz, e ao seu chefe de gabinete, Keith Schembri, que continuam nos cargos, apesar de possuírem contas secretas no Panamá.

Joseph Muscat, de 43 anos, um antigo jornalista, chegou ao poder em 2013 com um programa de centro-esquerda, colocando um fim a um domínio de 15 anos do Partido Conservador.

No seu ativo, uma economia em plena ascensão, que lhe permitiu a reeleição, segundo os observadores, e a adoção do casamento entre homossexuais, em julho, neste país muito católico, com 430 mil habitantes, onde o divórcio só foi autorizado em 2011.

No último texto que publicou no seu blogue, publicado uma hora antes do seu assassinato, Caruana Galizia repetiu as suas acusações contra Schembri, qualificando-o de "escroque" que usa a sua influência no governo para se enriquecer. "Há escroques para onde quer que se olhe. A situação é desesperada", concluiu.



Na primavera, a revista Politico incluiu Caruana Galizia entre as "28 personalidades que fazem mexer a Europa", descrevendo-a como "um WikiLeaks inteiro numa só mulher, em cruzada contra a falta de transparência e a corrupção em Malta".

- **Fonte 2: Jornal de Notícias 19/12/2017**
- **Link: <https://www.jn.pt/mundo/interior/mais-de-tres-mil-migrantes-mortos-este-ano-no-mar-mediterraneo-8996881.html>**

Mais de três mil migrantes mortos este ano no Mar Mediterrâneo

Quase 2.000 refugiados pediram asilo a Portugal no ano passado e os serviços de acolhimento estão no limite

Um total de 3115 migrantes morreram no Mar Mediterrâneo, este ano, quando tentavam chegar à Europa, informou a Organização Internacional para as Migrações.

O porta-voz da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Joel Millman, disse numa conferência de imprensa que "o frio não travou o número de chegadas nem de mortes, que continua a aumentar a poucos dias de acabar o ano".

Em relação ao número de chegadas, a OIM registou um total de 168314 migrantes e refugiados que entraram na Europa pelo mar este ano, assinalando que 70% destes chegaram à Itália e os restantes entraram pelo Chipre, Grécia e Espanha.

No mesmo período do ano passado, 358527 pessoas chegaram à Europa cruzando o Mediterrâneo.

Millman referiu que este ano foi o "mais mortífero registado em águas espanholas e no oeste do Mediterrâneo", e ainda assim são muito inferiores à mortalidade que se regista no Mediterrâneo central, rota entre a Líbia e a Itália.

Duzentas e vinte e duas pessoas morreram em águas espanholas em 2017, doze delas nos últimos três dias, em contraste com as 128 que morreram em 2016.

Na Itália, o número de mortes desceu de 4405 em 2016 para 2832 em 2017 e no leste do Mediterrâneo (Chipre e Grécia) o número ficou em 61, sendo que, no ano passado, foram 429 mortos.

Em 2016, no total, foram 4962 migrantes que morreram no Mediterrâneo.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de Janeiro

Relatório sobre a situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2017

Quarta-feira, dia 16

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre a situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2017

Relator: Josep-Maria Terricabras (Greens/EFA)

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE)

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- Segundo um relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), um terço das mulheres, na Europa, foram vítimas de crimes de abuso físico e sexual pelo menos uma vez durante a sua vida adulta; 20 % experienciaram assédio *online*; uma em cada 20 foi violada e mais do que uma em cada 10 sofreu violência sexual;

- A 16 de Outubro de 2017, a jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia, especializada em investigação de fraudes fiscais, corrupção e lavagem de dinheiro foi assassinada e os culpados ainda não foram identificados e condenados;

- Quase um terço dos requerentes de asilo são crianças;

- Em 2017, 650 mil pessoas que requereram asilo pela primeira vez solicitaram proteção internacional nos Estados-Membros da EU;

- Em 2017, mais de 1000 refugiados morreram afogados no mar Mediterrâneo.

- **Exposição de motivos:**

- A União Europeia e os Estados-Membros têm responsabilidade de salvaguardar os direitos humanos e de garantir a implementação de tratados e convenções internacionais que os protejam;

- As resoluções e relatórios do Parlamento têm vindo a sublinhar a importância da adoção, pelos Estados-Membros, de políticas que assegurem o direito das pessoas mais vulneráveis de acederem aos seus direitos sociais, políticos e económicos;

- Em 2017, a chegada de migrantes e requerentes de asilo continuou, no entanto, as fronteiras estão cada vez mais fechadas. Assiste-se, então, a uma necessidade da criação de estruturas de acolhimento adequadas para estas pessoas;

- Os estados têm a obrigação de proteger a sua população de actos terroristas, porém, as medidas de segurança devem respeitar a lei e os direitos fundamentais;

- Na UE, as mulheres e raparigas são alvo de discriminação e de violência, o que limita a sua capacidade para exercerem os seus direitos na totalidade;

- Nas sociedades democráticas, a liberdade de reunião é um dos instrumentos que permite aos cidadãos participarem no debate público e operarem mudanças sociais. Os jornalistas e outros profissionais da comunicação social estão em risco de serem ameaçados e atacados. Em malta, o jornalista Daphne Caruana Galizia foi assassinada e solicita-se uma investigação

independente. Neste sentido, deve ser garantida a liberdade, o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social;

- A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia estipula a proibição da discriminação em razão do sexo, da raça, da cor ou origem étnica ou social, das características genéticas, da língua, ou da pertença a uma minoria nacional. Apesar dos vários apelos à Comissão, não foram tomadas todas as medidas necessárias para assegurar uma proteção eficaz das minorias.

- **Considerações gerais:**

- Este relatório encontra-se dividido em 6 partes: Estado de direito; migração; direito das mulheres; liberdade dos meios de comunicação social; liberdade de expressão e liberdade de reunião; discriminação: racismo, xenofobia e discursos de incitação ao ódio e função e mandato da Agência dos Direitos Fundamentais da UE.

- **Estado de direito:**

- O relator afirma que a separação de poderes e a independência da justiça são essenciais para garantir o funcionamento do Estado de direito que inclui o respeito pelo princípio da igualdade perante a lei, da presunção de inocência e do direito a um julgamento equitativo e público por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por Lei;

- Dito isto, exorta a que os governos, os parlamentos e o poder judicial dos Estados-Membros reúnam esforços para consolidar o Estado de direito, sendo que desempenham um papel importante na defesa do mesmo;

- A melhoria da qualidade, da independência e da eficiência dos sistemas judiciais nacionais continua a ser uma prioridade para a EU;

- Acolhe o novo Sistema de Informação da UE sobre os Direitos Fundamentais (EFRIS), que reunirá todas as informações pertinentes relativamente aos direitos fundamentais e sublinha a importância de a avaliação do Estado de direito basear-se em dados objetivos e comparáveis;

- Recorda que a Comissão tem legitimidade e autoridade para garantir que todos os Estados-Membros respeitem os princípios do Estado de direito. Sublinha que devem ser tomadas medidas quando os Estados-Membros não respeitem o Estado de direito, lembrando que a ineficiência da UE para por fim às violações do Estado de direito prejudica a credibilidade da UE e cria desconfiança entre os Estados-Membros;

- Salaria que a corrupção é um grande obstáculo ao respeito pela democracia e pelo Estado de direito e que por isso os Estados-Membros e as instituições europeias devem reunir esforços para criar instrumentos eficazes na luta contra a mesma. Neste âmbito, lamenta a decisão da Comissão de não publicar o segundo relatório bianual sobre a corrupção da UE e insta a mesma a continuar a publicar relatórios sobre este fenómeno;

- Enfatiza a importância da proteção dos direitos fundamentais das pessoas no contexto do Brexit, que terá impacto directo na vida de milhões de cidadãos europeus.

- **Migração:**

- O relator demonstra a sua preocupação com a persistência de problemas em matéria de direitos fundamentais no que diz respeito à migração, nomeadamente no acesso ao território, às condições de acolhimento, aos procedimentos de asilo, à detenção de migrantes e à proteção de crianças não acompanhadas;

- Afirma que a UE e os Estados-Membros devem desenvolver sistemas eficazes de maneira a prevenir a detenção de crianças para efeitos de asilo sublinhando a importância do princípio do

interesse superior da criança e o direito de ser ouvida. Salienta também que é crucial garantir o direito de todas as crianças à educação, incluindo as crianças migrantes e refugiadas, evitando a escolarização separada e assegurando que estas crianças recebam apoio linguístico, social e psicológico;

- Pede aos Estados-Membros que assegurem o direito a asilo e a aceitem recolocações de refugiados dos Estados mais afetados pelo elevado número de chegadas; pede ainda que garantam asilo de fronteira prevenindo as expulsões coletivas;

- Reconhece o trabalho realizado pelas ONG no Mediterrâneo e exorta os Estados-Membros a apoiarem o seu trabalho;

- Sublinha a necessidade de avaliar as necessidades dos migrantes regularmente de modo a ter em conta as necessidades específicas de cada um no âmbito da integração. Lembra, ainda, o reagrupamento dos membros da mesma família como um instrumento importante para a reintegração na sociedade de acolhimento.

- **Direito das mulheres:**

- Apela à UE e aos Estados-Membros, com o objetivo de proteger o direito das mulheres, a reforçarem a sua ação em seis grandes áreas de intervenção: garantir aos organismos para a igualdade meios para tratar todo o leque de questões que afetam os direitos das mulheres; promover mais eficazmente a igualdade de género na educação e na aprendizagem ao longo da vida; introduzir quotas de género como passo ambicioso para uma ação positiva; integrar a igualdade de género na coordenação das políticas económicas em toda a UE através do Semestre Europeu; melhorar a recolha de dados e a divulgação de conhecimentos sobre todas as formas de discriminação e violência em relação a mulheres e raparigas;

- Condena todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas e lamenta que apenas 20 Estados-Membros tenham ratificado a Convenção de Istambul e insta aos restantes a fazê-lo, visto que esta representa a principal referência para a fixação de normas europeias para a proteção das mulheres contra a violência;

- Exorta os Estados-Membros a combaterem eficazmente a discriminação contra as mulheres e os estereótipos de género de modo a garantir a participação das mulheres na política, na economia e na tomada de decisões;

- Insta os Estados-Membros a garantirem a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, garantindo inclusive cuidados e serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade e acessíveis a todas as mulheres.

- **Liberdade dos meios de comunicação social, liberdade de expressão e liberdade de reunião:**

- Afirma que a UE e os Estados-Membros devem tomar medidas eficazes que salvaguardem a liberdade de expressão e de reunião, sendo estes essenciais para uma democracia justa. Condena as restrições à liberdade de reunião e lamenta os casos de violência por parte de autoridades dos Estados-Membros contra manifestantes pacíficos;

- Manifesta preocupação com a falta de medidas jurídicas eficazes, a nível nacional, que assegurem a proteção dos jornalistas e outros profissionais da comunicação social contra ameaças e conta a violência;

- Sublinha a importância da denúncia de irregularidades como um elemento essencial da liberdade de imprensa e lembra que devem ser tomadas medidas de proteção para os denunciadores que agem em prol do interesse público ao divulgarem informações confidenciais;



- Congratula a decisão da Comissão de criar um grupo de peritos sobre notícias falsas, uma vez que estas representam uma ameaça à independência dos meios de comunicação social bem como do debate político de qualidade e a participação esclarecida dos cidadãos na sociedade democrática;

- Lamenta que sejam colocados obstáculos ao trabalho dos defensores dos direitos humanos, que desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos fundamentais e pede aos Estados-Membros e à UE que combatam a redução do espaço da sociedade civil.

- **Racismo, xenofobia e discursos de incitação ao ódio:**

- Apela aos Estados-Membros para assegurarem a implementação de programas escolares que abordem o respeito pela diversidade, a compreensão intercultural e os direitos humanos de modo a evitar reações discriminatórias contra filhos de migrantes e refugiados;

- Salaria a importância da recolha, por parte dos Estados-Membros, de dados concretos sobre a discriminação étnica e crimes de ódio de modo a capacitar a elaboração de repostas jurídicas e políticas a estes fenómenos;

- Insta os Estados-Membros a reverem as suas estratégias de integração com o intuito de garantir a todas as pessoas, independentemente da sua raça, origem étnica e religião, a participação activa na vida social, económica, política e cultural;

- Lamenta a violência com base na identidade de género, expressão de género e orientação sexual e apela ao combate à mesma. Exorta ainda os Estados-Membros a adotarem políticas de combate à homofobia e transfobia, tendo em conta que as pessoas LGBTI continuam a ser alvo de discriminação em áreas como a educação, saúde, habitação e emprego. Condena, no mesmo âmbito, qualquer promoção de terapias de conversão dos LGBTI;

- Relembra a necessidade do combate à discriminação contra minorias religiosas e ao discurso e crimes de ódio com o objetivo de evitar o radicalismo de racistas e xenófobos;

- Exorta os Estados-Membros a garantir o combate a todas as formas de violência contra crianças a nível nacional e pede à Comissão que se comprometa a estabelecer uma nova Agenda da UE para os Direitos das Crianças de modo a garantir que o respeito pelos mesmos estão assegurados em todas as políticas da UE.

- Lamenta uma contínua discriminação face às pessoas idosas e pede à UE e aos Estados-Membros que integrem os seus direitos nas políticas da UE, incluindo na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

- **Função e mandato da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA):**

- Acolhe as conclusões positivas da segunda avaliação externa independente da Agência dos Direitos Fundamentais relativa ao período de 2013 a 2017 (Outubro de 2017) e as relativas recomendações do Conselho de Administração da Agência dos Direitos Fundamentais;

- Tem em conta as opiniões da FRA e exorta os Estados-Membros a implementarem as mesmas de modo a assegurar o respeito pelos direitos fundamentais em toda a EU;

- Concorda com a recomendação do Conselho de Administração da FRA, segundo a qual, quando um legislador da UE trata de processos legislativos que afetam os direitos fundamentais, a Agência deve prestar auxílio na matéria disponibilizando conhecimentos especializados sobre a mesma e deve ser-lhe permitida elaborar pareceres não vinculativos por sua iniciativa própria;



- Recomenda aos legisladores da UE que peçam aconselhamento ao FRA quando o processo legislativo diz respeito a assuntos importantes relativos aos direitos fundamentais.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de Janeiro

Criação do Programa “Direitos e Valores”

- Fonte 1: Jornal Observador

Data: 10/09/2018

Link: <https://observador.pt/2018/09/10/governo-atribui-50-mil-euros-para-projetos-de-organizacoes-lgbti/>

Governo atribui 50 mil euros para projetos de organizações LGBTI

O Governo vai atribuir 50 mil euros para apoio a organizações não-governamentais que trabalham com a comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo (LGBTI).

O Governo vai atribuir 50 mil euros para apoio à atividade de organizações não-governamentais que trabalham com a comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo (LGBTI), podendo cada candidatura receber até 8 mil euros.

As candidaturas decorrem até ao dia 30 de setembro para uma linha de apoio exclusiva para as organizações e associações que trabalham com a comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo (LGBTI).

Em declarações à agência Lusa, a secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade explicou que no ano passado existia “uma pequena subvenção”, no valor de 30 mil euros, mas que não era exclusiva às associações LGBTI. “Este ano decidi, atendendo à importância do trabalho destes coletivos, afirmar o reforço da capacitação”, disse Rosa Monteiro, acrescentando que o valor total aumentou para 50 mil euros e que cada projeto poderá receber até um máximo de 8 mil euros.

Os projetos a concurso poderão estar relacionados com o apoio direto a pessoas LGBTI, elaboração de materiais para profissionais, ações de formação ou sensibilização, estudos e investigações científicas, entre outras.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual (2018-2030) integra três Planos de Ação, um dos quais é o Plano de Ação de Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais 2018-2021.

- **Fonte 2: Jornal Observador**

Data: 31/01/2018

Link: <https://observador.pt/2018/01/31/portugal-ao-nivel-do-chile-e-botsuana-no-indice-da-democracia-mundial/>

Portugal ao nível do Chile e Botsuana no Índice da Democracia mundial

Numa lista de 167 países, Portugal é o 26.º no que diz respeito à qualidade da democracia. Fraca participação e pouca cultura política colocam o país ao nível da Costa Rica, Chile ou Botsuana.

Portugal tem uma “democracia com falhas”, pouco participada, com reduzida cultura política e ao nível de países como Costa Rica, Chile ou Botsuana. Estas são algumas das conclusões da revista The Economist, que publicou o seu mais recente Índice de Democracia, onde compara a saúde do regime de 167 países.

Num ranking que avalia critérios como a qualidade do processo eleitoral, o funcionamento do Governo e do Parlamento, a participação dos cidadãos, a cultura política e o respeito pelos direitos civis, Portugal ocupa o 26º lugar em termos mundiais, longe de países com uma democracia mais madura como Noruega, Islândia ou Suécia, os primeiros do ranking global.

Se a comparação for circunscrita à Europa Ocidental, onde foram avaliados 21 países, Portugal é apenas 16º, atrás de países como Áustria, Malta, Espanha e Itália. Só supera França, Bélgica, Chipre, Grécia e Turquia.

Apesar de registar indicadores positivos no que concerne ao funcionamento do processo eleitoral e ao respeito pelos direitos civis, Portugal tem desempenhos modestos no que diz respeito ao funcionamento do Governo e Parlamento, mas, e sobretudo, nos indicadores que avaliam o envolvimento dos cidadãos na construção do regime democrático e a literacia política.

Em 11 anos (os últimos dados apresentados são relativos a 2006), Portugal perdeu pontos no que diz respeito à qualidade democrática: em 2006, Portugal registava um resultado de 8.16; agora, apresenta um score de 7.84, numa escala de 0 a 10.

São consideradas “democracias com falhas” todas aquelas em que existem, naturalmente, eleições livres e justas, mas onde há fatores que afetam o regime democrático, como atropelos à liberdade de imprensa, fraca cultura política e baixos níveis de participação. Há ainda outras três categorias: “democracias completas”, “híbridas” e “regimes ditatoriais”.

Segundo a The Economist, entre os 167 países avaliados, existem 19 democracias completas, 57 democracias com falhas, 39 regimes híbridos e 52 ditaduras. O último lugar do ranking é ocupado pela Coreia do Norte.





Sessão Plenária de Estrasburgo - 14 a 17 de Janeiro

Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o programa Direitos e Valores

Quarta, dia 16

Apresentação de Relatórios:

Relatora: Bodil Valero (Verdes)

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE)

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- O Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE), em 2017, estimou que 500 mil mulheres que vivem na UE foram vítimas de mutilação genital feminina, e que 180 mil mulheres ainda correm esse risco.

- Em 2016, apenas 21,9% dos chefes das delegações da UE são mulheres e apenas um dos oito representantes especiais da UE é uma mulher.

- Em 2017, um grande número de ativistas, incluindo advogados, intelectuais, jornalistas, figuras religiosas e defensores de direitos humanos foram alvos de perseguição, ataques, detenção e prisão arbitrária e até mesmo vítimas de morte.

- Segundo o índice Anual dos Repórteres Sem Fronteiras (RSF), a liberdade de imprensa foi intensamente atacada em 2017. O índice global do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa revela que 62,2 % dos países registaram um agravamento da sua situação, sendo que na Europa o índice global aumentou 3,80% nesse mesmo ano.

- No relatório anual sobre os direitos humanos e a democracia no mundo em 2017, referiu-se como um dos principais desafios em 2017 evitar a redução progressiva do espaço da sociedade civil,

